

Segunda conciliação

Em mais do mesmo, representantes da reitoria mantêm intransigência. Juiz remete dissídio a julgamento

A segunda audiência de conciliação entre a reitoria da Unesp e o Sintunesp, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), aconteceu nesta sexta, 16/12, e foi breve, estendendo-se por pouco mais de meia hora.

A reitoria esteve representada pelos mesmos da primeira audiência: o chefe de gabinete, Prof. Roberval Vieira, o assessor econômico Rogério Buccelli e os advogados Paulo César Ferreira e Edson Cesar dos Santos Cabral. Pelo Sintunesp, além do advogado José Francisco Martins, estavam: Alberto de Souza, João Carlos Camargo de Oliveira, Cláudio Roberto Ferreira Martins, Jorge Cerigatto, Wagner Alexandre Ademir Machado dos Santos. A sessão foi presidida pelo desembargador Ademir de Carvalho Benedito, vice-presidente do TJSP, e acompanhada pelo juizes assessores Daniel Issler Nidea Rita Coltro Sorci, e pelo promotor Marcos Stefani, representante do Ministério Público. Representantes da Adunesp acompanharam a audiência como convidados.

Falando novamente em nome da reitoria, Buccelli repetiu as mesmas argumentações da primeira conciliação: que a Universidade ainda não pode sequer honrar a palavra constante no Comunicado do Cruesp, que determinou reajuste de 3% em maio/2016 (que custaria R\$ 60 milhões anuais na Unesp), que seria uma “irresponsabilidade” do reitor atual definir um reajuste e entregar a conta para o próximo etc. etc.

Buccelli disse que, “felizmente”, a arrecadação do ICMS em novembro deve manter-se aos níveis dos anos anteriores, e que o mesmo deve ocorrer em dezembro. Porém, denuncia maus momentos novamente a partir de janeiro. “Portanto, eu não posso dar parecer favorável a nenhum reajuste por conta do resultado de dois meses que são sazonais na arrecadação”, disse ele, em referência a novembro e dezembro. Voltou a dizer que na Unesp, ao contrário da USP, a administração não lançou mão de mecanismos extremos, como o plano de demissões voluntárias, optando por manter os pagamentos “em dia”.

Seguiu-se um rápido debate entre as partes, em que os representantes do Sintunesp lembraram aos membros da reitoria que, embora não tenha lançado mão de demissões voluntárias, a Unesp vem estrangulando seu quadro de pessoal nos últimos tempos, pois sequer repõe vacâncias geradas por aposentadorias ou mortes. Eles questionaram, mais



uma vez, o fato de que a atual administração fez a opção por economizar recursos às custas dos salários e das condições de trabalho de seus servidores. Novamente, foi citada a existência de propostas diversas de economia de custos, como o extenso estudo feito pelo Grupo de Trabalho Gestão Administrativa, montado pelo CADE, todas engavetadas pela reitoria.

Ao final do debate, o vice-presidente do TJ/SP tomou a palavra e constatou: “É óbvio aqui que não há a possibilidade de conciliação entre as partes”.

Próximas etapas

Frente à ausência de acordo, o processo seguirá adiante. A próxima etapa é a designação de um relator, que analisará toda a documentação já acumulada e, se necessário, pedirá novos documentos às partes. Após, o dissídio irá a julgamento no órgão especial do TJ/SP, mas não há prazos para isso. A ação tramita no TJSP sob o número 2213839-21.2016.8.26.0000.